



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



LEI Nº 2.148/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO, A COMPENSAÇÃO, A DAÇÃO EM PAGAMENTO, REMISSÃO E REDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Certifico e dou fé que esta foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Campina Verde / MG em Data 05/12/18

Ass

João Paulo G. F. Leite de Freitas
Procurador Geral do Município
OAB/MG - 143.917

O povo do Município de Campina Verde, por seus representantes, APROVOU e eu, em seu nome, SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DA REDUÇÃO E REMISSÃO DAS MULTAS E DOS JUROS INCIDENTES.

Art.1º - Os créditos de qualquer natureza da Fazenda Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2017, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive aqueles em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente liquidado ou cancelado por falta de pagamento, poderão, a critério do Poder Executivo, serem pagos parceladamente, observadas as condições e requisitos estabelecidos nesta lei.

§1º - A redução incidirá, exclusivamente, no valor das multas e juros, excluindo o débito principal e na atualização monetária, conforme os limites a seguir fixados:

I - de 100% (cem por cento) para pagamento à vista até o dia 28 de dezembro de 2018;

II - 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado em 03 (três) parcelas, mensais e consecutivas sendo que a 1ª parcela vence no dia 28 de dezembro de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



§2º - As reduções de que trata este artigo não se acumulam com outras previstas na legislação tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza.

§3º - O crédito tributário de que trata este artigo será atualizado até a data do efetivo pagamento.

§4º - Sobre o valor mensal das parcelas correspondentes ao reescalonamento negociado incidirão juros remuneratórios correspondentes à TJLP (taxa de juros de longo prazo), a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela, calculada na data do efetivo pagamento.

§5º - Os benefícios previstos neste artigo não alcançam as importâncias já recolhidas.

§6º - Para obtenção dos benefícios previstos neste artigo o contribuinte deverá requerê-lo até o dia 21 de dezembro de 2018.

§7º - Os honorários advocatícios já fixados pelo juiz nas ações de execução fiscal deverão incidir sobre o valor originário do débito e seus consectários legais e deverão ser pagos na data do pagamento da 1ª parcela ou do pagamento à vista, conforme a opção do devedor.

Art. 2º - O parcelamento abrangerá o principal, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

Art. 3º - O parcelamento será pago mensal e sucessivamente, em número máximo de 03 (três) parcelas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



Art. 4º - Para fins de concessão do parcelamento de que trata esta lei será considerado o montante da dívida consolidada, o tipo do tributo, a real capacidade de pagamento do devedor, sua idoneidade moral e financeira, e o seu comprometimento e regularidade perante a Fazenda Pública Municipal.

Art. 5º - O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vencidas quando:

I - em caso de venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente deverá preceder a respectiva transmissão do bem;

II - em qualquer caso, havendo declaração de falência ou insolvência.

Art. 6º - O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta lei implica em sua desistência, determinando o cancelamento automático e o restabelecimento pleno da dívida, com restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

Parágrafo único - Admitir-se-á a manutenção do parcelamento quando se constatar o atraso máximo de 30 (trinta) dias no pagamento da parcela vencida.

Art. 7º - O parcelamento será cancelado de ofício, mediante despacho fundamentado da autoridade, quando o contribuinte deixar de pagar 02 (duas) parcelas consecutivas.

Art. 8º - Ocorrendo desistência, cancelamento ou revogação do parcelamento, serão promovidas as medidas legais cabíveis visando a restauração do valor do débito, devendo logo após:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



I - se ainda não inscrito em dívida ativa deverá ser imediatamente encaminhada a sua inscrição;

II - se já inscrito em dívida ativa, deverá ser encaminhado para ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal.

Art. 9º - O pedido de parcelamento poderá ser indeferido, mediante despacho fundamentado, segundo o interesse e a conveniência da Fazenda Pública Municipal, do qual caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua ciência, à autoridade hierárquica imediatamente superior àquela signatária do indeferimento.

Art. 10 - O pedido de parcelamento importa em novação e confissão irretratável do débito e configura confissão extrajudicial, e implica expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência em relação aos já interpostos.

Art. 11 - O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial, do crédito parcelado.

Parágrafo único- No caso disposto no *caput* deste artigo, para efeito de cálculo do valor a pagar, não haverá incidência de juros sobre o saldo devedor, relativamente às parcelas objeto da liquidação antecipada.

Art. 12 - Poderá ser concedido parcelamento de parte do crédito tributário de natureza contenciosa, formalizado em auto de infração ou notificação fiscal e não inscrito em dívida ativa, desde que:

I - seja possível quantificar objetivamente a parte do crédito reconhecida pelo sujeito passivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



II - não haja prejuízo técnico para o julgamento do Processo Administrativo Tributário respectivo, relativamente à parcela não reconhecida do crédito tributário.

Art. 13 - Fica autorizado parcelamento simplificado a pequeno somatório de créditos consolidados de mesmo devedor, dispensando-se as garantias previstas nesta lei.

Parágrafo único - Para fins desta lei débito consolidado representa o somatório de todos os débitos do mesmo devedor, compondo-se de principal, atualização monetária, multa, juros de mora e demais acréscimos previstos em lei ou contrato.

Art. 14 - Os créditos, objetos de parcelamentos pretéritos efetivados antes da vigência desta lei, que nesta data possuam parcelas vencidas não pagas, poderão uma única vez, no interesse e conveniência da Fazenda Pública Municipal, ser restabelecidos, concedendo-lhes novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta lei.

Art. 15 - Quando os débitos totalizarem valores superiores a R\$30.000,00 (trinta mil reais), o parcelamento fica condicionado ao oferecimento de garantia real ou fidejussória.

Art. 16 - Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

§ 1º O benefício previsto nesta Lei não alcança débitos já quitados e não gera direito à restituição.



§ 2º O benefício previsto nesta Lei poderá ser concedido uma única vez.

CAPÍTULO II
DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a compensação de crédito tributário com crédito líquido e certo do contribuinte contra a Fazenda Pública, nas condições previstas neste capítulo.

§1º A compensação poderá incidir total ou parcialmente sobre os créditos tributários devidos pelo contribuinte, não incidindo sobre o saldo remanescente de parcelamento em curso.

§2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica nos casos de dolo, fraude ou simulação do contribuinte ou de terceiro em benefício daquele.

§3º A compensação do crédito tributário nos termos deste artigo estende-se ao responsável solidário pela obrigação tributária.

§4º É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Art. 18 - A realização da compensação fica condicionada à análise, pela Secretaria Municipal de Finanças, de sua viabilidade econômico-financeira.

Art. 19 - Os prazos e as condições de admissibilidade dos créditos do contribuinte contra a Fazenda Pública, para os fins da compensação prevista neste capítulo, serão definidos em regulamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



CAPÍTULO III DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 20 - Fica o Poder Executivo, observada a conveniência e a necessidade do uso do bem no serviço público municipal, autorizado a permitir a quitação de créditos tributários da Fazenda Pública Municipal, inscritos ou não em dívida ativa, mediante dação em pagamento de bens imóveis.

Art. 21 - Não será permitida a dação em pagamento:

- I - para extinguir saldo remanescente de parcelamento em curso;
- II - quando o crédito tributário for decorrente de infração praticada com dolo, fraude ou simulação;
- III - de bens gravados com quaisquer ônus, ainda que sobre parte de seu valor;
- IV - de único imóvel pertencente ao devedor.

§1º O valor pelo qual será recebido o bem terá como limite máximo o valor vencedor da última licitação efetuada para aquisição de bem idêntico, ou o valor de mercado, o que for menor.

§2º Considera-se valor de mercado, para os fins desta lei, o valor médio obtido em pesquisa realizada em pelo menos três entidades, corretores ou empresas especializadas na comercialização do bem.

§3º O pedido de dação em pagamento do sujeito passivo não gera direito adquirido a sua realização e não suspende a exigibilidade do crédito tributário, nem a fluência dos juros de mora e demais acréscimos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE



§4º A dação em pagamento, judicial ou administrativa, importa confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributárias.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na e sua publicação.

Campina Verde, 05 de dezembro de 2018.


Fradique Gurita da Silva
Prefeito Municipal

| |
|---|
| <p>CÂMARA MUNICIPAL CAMPINA VERDE</p> <p>PROTOCOLO Nº <u>523/18</u></p> <p><u>05/12/18</u> <u>16:25</u>hs</p> <p></p> <p>Eliene R. F. Martins Assistente Administrativo Câmara Municipal de Verde - MG</p> |
|---|